



INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM HUMANIDADES

UM MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE
REDENÇÃO-CE

JORDÃO FREIRE CAVALCANTE

REDENÇÃO-CE

2023

JORDÃO FREIRE CAVALCANTE

UM MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE
REDENÇÃO-CE

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Goulart
Machado Silva

REDENÇÃO-CE
2023

JORDÃO FREIRE CAVALCANTE

**UM MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE
REDENCAO-CE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Goulart
Machado Silva

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Bruno Goulart Machado Silva (UNILAB)

Orientador

Ricardo César Carvalho Nascimento (UNILAB)

Avaliador

Igor Monteiro Silva (UNILAB)

Avaliador

RESUMO

Como sabemos, a política patrimonial cria efeitos sobre os locais que as recebem. Um desses efeitos é a construção de narrativas patrimoniais que tendem a privilegiar certos espaços, temporalidades e atores sociais. Esse é o caso de Redenção, no qual a narrativa patrimonial oficial mobiliza o pioneirismo do evento da abolição da escravidão na cidade e as edificações católicas. Com vista a produzir um mapa patrimonial mais democrático e representativo da cidade de Redenção (CE), essa proposta de pesquisa propõe recorrer a levantamentos prévios feitos por instituições culturais, reflexões acadêmicas sobre o tema e a aplicação de um Inventário Participativo junto à população do município. A ideia é construir como produto final um Mapa patrimonial de Redenção, que leve em conta as referências culturais da população e não apenas bens edificados, incorporando também a dimensão imaterial do patrimônio local.

Palavras-chave: Mapeamento Patrimonial; Inventário Participativo; Redenção (CE).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	6
2.1 Objetivo geral	6
2.2 Objetivos específicos:	6
3 JUSTIFICATIVA	7
4 METODOLOGIA	8
5. ETAPAS DA PESQUISA	10
6. DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA E DISCUSSÃO TEÓRICA	11
6.1. Políticas e Narrativas Patrimoniais	11
6.2. Narrativas patrimoniais de Redenção	13
7 Referências Bibliográficas	16

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe um mapeamento dos patrimônios culturais do município de Redenção (CE). Esse mapeamento terá seu ponto de partida informações e estudos existentes de pesquisadores(as) da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e outros estudiosos do tema. Este trabalho tem por finalidade mapear e problematizar o que é patrimônio no contexto do município de Redenção. Nesse sentido, para realizar esse mapeamento levamos em conta as seguintes questões: quais são esses patrimônios? A quem estes patrimônios representam? Essas referências culturais representam qual parte da população? Quais as narrativas que o conjunto desse patrimônio constrói?

O município de Redenção (CE) faz parte do Polo da Serra de Guaramiranga, no Maciço de Baturité. Segundo o Censo de 2010, sua população é de 26.426 habitantes, dividida em zona urbana (15.142 habitantes) e zona rural (11.218 habitantes) (IBGE, 2010). O nome Redenção foi empregado como uma forma de redimissão e vem do fato de a cidade (antiga vila do Acarape) ter sido a primeira do Brasil a abolir a escravidão no ano de 1883, antes mesmo da Lei Áurea de 1888. Dia 1º de janeiro de 1883 chegavam à então Vila Acarape abolicionistas como Liberato Barroso, Antônio Tibúrcio, Justiniano de Serpa, José do Patrocínio e João Cordeiro, com a finalidade de assistirem à alforria de 116 escravizados do lugarejo advindos da diáspora africana. Há relatos de que o ato formal da abolição ocorreu em frente à igreja matriz local, onde hoje se encontra o antigo prédio Colégio Padre Saraiva Leão. Existe também uma versão de ter ocorrido a alforria debaixo de uma árvore tamarineira ali próximo. A partir daí a então Vila de Acarape ganha o nome de Redenção, pioneira em libertar seus escravizados no País (PREFEITURA DE REDENÇÃO, 2022).

O evento abolicionista marcou a narrativa patrimonial da cidade, contribuindo para que vários bens edificados da cidade atuassem como referência ao evento. Além da abolição, a cidade tem um considerável patrimônio religioso ligado ao catolicismo. Esse fato, porém, colaborou para que o patrimônio imaterial, referente a feiras, festas católicas e expressões das tradições culturais populares fossem menos lembrados, celebrados e reconhecidos. O que se propõe nesta pesquisa é um mapeamento desse conjunto de bens patrimoniais que ultrapasse aqueles reconhecidos “oficialmente”. Para isso, recorreremos a levantamentos prévios feitos por instituições governamentais e privadas sobre o que consideram o patrimônio da cidade de Redenção (CE), mas iremos avançar nesse

mapeamento por meio da aplicação de um inventário junto à população para mapear outras formas e modalidades de patrimônios na cidade.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Realizar um mapa do patrimônio cultural da cidade de Redenção (CE).

2.2 Objetivos específicos:

- a) Identificar o que os órgãos e instituições consideram como patrimônios da cidade de Redenção (CE);
- b) Levantar informações históricas, sociais e culturais sobre esses diferentes patrimônios culturais de Redenção (CE);
- c) Refletir sobre a natureza e as narrativas mobilizadas por esses bens patrimoniais “oficiais” no município de Redenção (CE);
- d) Aplicar um inventário de referências culturais junto à população para incluir o patrimônio imaterial nesse mapeamento.

3 JUSTIFICATIVA

Este projeto propõe a construção do mapeamento patrimonial da cidade de Redenção (CE). A proposta nasce de um interesse pelo patrimônio edificado e histórico do município. Isso porque percebia-se que apesar de a cidade possuir vários prédios e marcos históricos, em tais patrimônios, muitas vezes, não se encontravam cuidados para a sua preservação. Porém, à medida que fui exercendo outras leituras e entrando em contato com discussões sobre patrimônio, percebi que não bastava mapear apenas o que a princípio consideramos patrimônio em Redenção (CE). Era preciso também se perguntar o que esses patrimônios mobilizam em termos de narrativas sobre o município, de que perspectiva e grupos sociais essa narrativa é mobilizada.

Nesse sentido, além dos bens edificados existentes no território municipal de mais visibilidade, enfatizamos nosso objetivo de mapear o que a população da cidade considera ser patrimônio, por meio da aplicação de um Inventário Participativo do Patrimônio Cultural junto à população (IPHAN, 2013). Esse método permite que nosso mapeamento se volte não apenas para os bens edificados, mas também para aqueles tipos de bem classificados como intangíveis ou imateriais. Tal método, por sua vez, permite contemplar uma diversidade maior de modalidades de patrimônio no nosso levantamento.

Enquanto uma pesquisa acadêmica, este trabalho tem o intuito contribuir com as discussões sobre patrimônio cultural de Redenção (CE) e do Maciço do Baturité, somando-se a outros trabalhos produzidos e realizados no âmbito da UNILAB, tais como os de Medeiros (2014), Oliveira (2014) e Goulart (2020).

4 METODOLOGIA

Como descrito acima, a proposta deste projeto é elaborar um mapeamento patrimonial da cidade de Redenção (CE). Esse mapeamento almeja uma representatividade da população, de maneira geral, nessa narrativa patrimonial. Esse perfil do mapeamento proposto necessita recorrer a diferentes métodos e bases de dados, como por exemplo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Educa Mais Brasil.

Como ponto de partida, iremos pesquisar e fazer um levantamento de documentos do Governo Estadual e Municipal, que eventualmente mapearam os bens patrimoniais de Redenção, como é o caso de um mapeamento da Secretaria de Cultura do Ceará, realizado em 2008. Esse primeiro passo é importante, pois esses documentos, de acordo com nossos levantamentos prévios que abordaremos mais à frente, referem-se exclusivamente a um patrimônio edificado, que faz referência ao contexto da abolição, por meio de uma perspectiva específica. Por isso, faz-se necessário, na pesquisa, além de reunir esses mapeamentos prévios, produzir uma reflexão crítica sobre eles, com a ajuda de trabalhos acadêmicos já produzidos no contexto de Redenção (CE) e do Maciço do Baturité sobre a temática do patrimônio.

Somado a isso, e de forma a complementar esse mapeamento, iremos promover a aplicação de um inventário participativo. De acordo com o Manual de Aplicação Inventário Nacional de Referências Culturais do Iphan (IPHAN, 2013), o inventário participativo é um conjunto de ferramentas as quais servem para adquirir informações sobre algo que se quer conhecer, buscando identificar as referências culturais de uma localidade. Por meio desta ferramenta, podemos ter um olhar mais sensível para identificar as referências culturais que fazem parte de uma região. Por meio deste inventário, buscamos não apenas as edificações, mas os saberes-fazeres, celebrações, formas de expressão e lugares que adquirem importância para um grupo social.

Nesse sentido, mapear essas referências, envolvendo moradores e a comunidade (por isso um inventário participativo) é um caminho que temos de seguir para produzir um mapeamento patrimonial que expresse a diversidade cultural da população de Redenção (CE). Assim, reconheceremos a identidade cultural que faz parte da vida cotidiana de seu povo.

Nesse processo, a história oral e a memória coletiva também serão uma ferramenta importante, tendo em vista que muito do que não foi registrado pela historiografia está presente nessas narrativas. Nesse sentido, considerando o bom relacionamento deste pesquisador com pessoas mais antigas na cidade, utilizaremos essas conversas para mapear algumas referências culturais existentes ou não atualmente e então torná-las objeto dos inventários participativos.

5. ETAPAS DA PESQUISA

Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
- Etapas												
Levantamento de mapeamentos patrimoniais prévios	X	X										
Conversa com moradores antigos para mapear referências culturais			X	X	X							
Aplicação do Inventário Participativo com a ajuda da população de Redenção					X	X	X	X				
Reunião das informações e construção do Mapa patrimonial de Redenção									X	X	X	
Publicação do Mapa Patrimonial de Redenção												X

6. DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA E DISCUSSÃO TEÓRICA

6.1. *Políticas e Narrativas Patrimoniais*

Discutiremos neste tópico como a política patrimonial é responsável por produzir uma narrativa que, por sua vez, privilegia certos períodos históricos, espaços, eventos e componentes, que muitas vezes não abrangem a totalidade das referências culturais da população de um local.

Começaremos por explicar o conceito de Gonçalves (1996), que é o de “narrativas nacionais”. Para o autor, podemos pensar nos patrimônios culturais como alegorias da ideia de nação, e que por isso constituem-se em narrativas patrimoniais sobre a nação. Essas narrativas, porém, são construídas por meio de um processo de seleção e exclusão de patrimônios, construindo certas perspectivas sobre a nação em detrimento do silenciamento e apagamento de outras perspectivas sobre a narrativa nacional. Nesse sentido, fazendo uma análise crítica desse pensamento, podemos supor que os patrimônios, em sua grande maioria, são usados de maneira a privilegiar certas classes sociais, temporalidades e espaço. Nessa perspectiva, de acordo com Gonçalves (1997, p. 22):

A História aparece como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma ‘cultura, tradição, identidade ou memória nacional’ tendem a se perder. No mesmo movimento produzem-se, transformados em coleções e patrimônios culturais, os objetos que estão sendo destruídos e dispersados. Esses objetos são concebidos nos termos de uma imaginária e originária unidade, onde estariam presentes atributos tais como coerência, continuidade, totalidade e autenticidade.

Ao encontro desse argumento que afirma que a política patrimonial constrói uma “narrativa nacional” (RUBINO, 1996). De acordo a autora, foi produzido um mapeamento de tudo o que foi reconhecido pelo IPHAN entre 1937 e 1979, no qual podemos ver quantos foram registrados em cada período, de quais lugares, perfis e temporalidades pertencem esses bens tombados. Ao analisar o que foi chamado de “fase heróica” do IPHAN, Rubino (1996) nos chama a atenção para o fato de que o IPHAN produziu não apenas uma narrativa do Brasil, mas sua própria narrativa, que expressava as perspectivas de seus gestores e técnicos, no caso com destaque para a figura proeminente de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Nomeado como diretor da instituição em 1937, quando foi criado o então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sua gestão foi considerada um marco para os defensores do patrimônio e uma quebra das tradições anteriores, vistas como amadoras. Na criação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, pode-se identificar a preocupação em se construir um campo específico de conhecimento, dada como uma das ações eficientemente adotadas, visando a uma forma de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Ressalta-se também o papel do diretor e articulador do debate não somente sobre esse patrimônio determinado e constituído no próprio âmbito do SPHAN. Ao longo de sua gestão, Rodrigo Mello Franco de Andrade diversos bens foram tombados e o atual IPHAN reuniu o prestígio de que “goza de seus feitos até hoje”.

Segundo Rubino (1996), ao longo da gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o mapa do Brasil passou a privilegiar determinados espaços, temporalidades e tipos de edificação. Segundo a autora, o Rio de Janeiro foi onde teve o maior número de bens, com 78 tombamentos (56% do que seria tombado até 1967). Em segundo lugar, a Bahia com 50 inscrições (que corresponde a 36%), Pernambuco com 36 (64,3%), e Minas Gerais com 22 (10,3%) (RUBINO, 1996). Os critérios para o reconhecimento desses bens variam como o da excepcionalidade dos bens por exemplo, geralmente acompanhados da ideia de antiguidade.

Segundo Goulart (2020, p. 35):

Como sabemos, a categoria material pode ser enganosa na medida que esses bens são constituídos por sua dimensão simbólica (ou imaterial). Ou seja, são preservados com base em valores de excepcionalidade histórica, onde são valorizados pelos eventos, religiões e arquitetura que neles se inscrevem, e por isso, são considerados dignos de serem lembrados e preservados”.

Ainda, de acordo com o estudo de Gonçalves (1997, p. 23), podemos questionar: “Quem tem autoridade para dizer o que é, e o que não é o patrimônio cultural brasileiro? Quem tem autoridade para preservá-lo? Como essa autoridade é culturalmente constituída?”.

O que podemos perceber nas visões dos trechos acima sobre a escolha ou nomeação de um patrimônio é que de certo modo há um consenso para essas definições. Além do bem propriamente dito e suas particularidades, outras atribuições estão nesta “balança” na hora da escolha, havendo interesses além do que de fato é necessário para que essa decisão aconteça, quer seja valor histórico ou mesmo sua singularidade. Outros

fatores tendem a determinar ao seu final, sejam elas questões políticas ou religiosas ou mesmo raciais. Essas escolhas não contemplam as classes mais baixas em sua totalidade. Não há um senso comum em conformidade com a população livre de valor moral, e isento de bom ou ruim, mas a verdade é bem nítida, basicamente a imagem que passa é que nem sempre a população é contemplada com essas escolhas. Uma classe sempre é contemplada e a outra é escondida.

É apenas com a Constituição Federal de 1988 que podemos ver uma mudança no entendimento do patrimônio, passando a contemplar não apenas o patrimônio edificado, de pedra e cal, mas também outros patrimônios. Em um de seus artigos, especificamente o 216:

entende-se como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Constituição, 1988).

Nos quais se inscrevem “I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. É importante salientar que não apenas com a força da lei se pode contemplar a população com o registro de bens de fato. As questões envolvidas já citadas acima são apenas uma pequena amostra do que de fato acontece nas principais capitais do país. Se trouxermos para o interior do estado do Ceará, por exemplo, o descaso fica ainda mais nítido. Será o que abordaremos no tópico a seguir onde tecerei alguns apontamentos que percebo em relação ao município de Redenção (CE), apontamentos esses que denotam indícios da questão do descaso com os patrimônios.

6.2. Narrativas patrimoniais de Redenção

Como vimos no tópico anterior, as políticas patrimoniais são responsáveis por criar narrativas sobre os lugares. Nesse tópico, a proposta é trazer os conceitos que foram apresentados anteriormente ao caso de Redenção (CE).

A ideia deste estudo é apresentar uma análise preliminar do que é reconhecido oficialmente como patrimônio em Redenção (CE), nomeando um a um, e falando um pouco sobre cada um deles. O intuito desse esforço é mostrar e justificar a importância da aplicação do Inventário Participativo exposto na metodologia para construir uma narrativa mais democrática, diversificada e inclusiva do patrimônio de Redenção (CE).

Redenção (CE) é conhecida por abrigar reservas naturais e uma vasta diversidade de animais e vegetação nativa, grotas (abertura por onde a água das enchentes invadem campos e marginais), cachoeiras e açudes.

Além desse “patrimônio natural”, o patrimônio edificado do município é caracterizado pela referência maior ao catolicismo, como é o caso da capela de Santa Rita de Cássia, que é co-padroeira da cidade, sendo a capela inaugurada em 29 de dezembro de 1917 pelo Padre Luiz de Carvalho da Rocha. A escadaria faz parte do conjunto de obras do complexo religioso, e logo abaixo no sopé da serra foi construída a capela de São Miguel, que serve de mausoléu para Padre Ângelo Custódio, inaugurado em 1936. A igreja matriz de Redenção ou Paróquia de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 24 de Agosto de 1869 ao estilo romântico e é utilizada pela população como local de oração e é frequentemente visitada por moradores e turistas. Um novenário é realizado em homenagem à padroeira Imaculada Conceição no mês de dezembro. Aos domingos são celebradas na matriz Missa em dois horários, manhã e noite.

Outro Patrimônio cultural de importância para o município é a antiga colônia de Antônio Diogo, onde hoje está situado o Centro de convivência de Antonio Diogo, a “colônia”, como é mais conhecido. Esse complexo fica localizado em Antônio Diogo, distrito de Redenção, e foi fundado em 1928. Ele, por sua vez, é o primeiro do gênero no Ceará. O lugar antigamente serviu de exílio para portadores de hanseníase, doença dermatológica que, na época, não existia cura. Chamadas pejorativamente de “leprosos”, as pessoas acometidas pela doença, permaneciam separadas de suas famílias, ao passo que iam sendo internadas compulsoriamente, onde algumas delas residem até os dias de hoje. O complexo do distrito conta com casas, prefeitura, cine teatro e outros, tornando-se uma miniatura de cidade. Suas dependências têm uma exposição iconográfica física e virtual que contam sua história e a de seus pacientes.

Voltando à sede do município, temos todo um conjunto de bens patrimoniais relacionados ao evento histórico que se atribui com maior importância na cidade: a abolição da escravidão em 1883, 5 (cinco) anos antes da Lei Áurea, que ocorreu em 1888. A cidade de Redenção (CE) é marcada por essa narrativa e é daí que se origina seu nome Redenção, que tenta superar uma mancha em sua história. Um dos monumentos da cidade de maior visibilidade é o monumento da “Negra Nua”, cartão postal que fica na entrada da cidade que se trata de um painel em concreto com a pintura de uma mulher negra e nua, com as correntes arrebitadas, olhando para o alto, em uma alusão à libertação. No monumento contém correntes apertadas simbolizando a liberdade. Na verdade, esse

monumento é uma homenagem à emancipação política de Redenção, inaugurado em 28 de dezembro de 1968. O Busto da Princesa Isabel foi inaugurado dia 1º de Janeiro de 1933, e fica localizado na praça matriz na sede de Redenção (CE). Este busto foi construído em homenagem ao cinquentenário da alforria dos escravizados. Na mesma época, os maçons erradicados em Fortaleza optaram pela construção de um Obelisco em homenagem à sociedade libertadora acarapense e cearense.

Retomando os conceitos de narrativas patrimoniais (GONÇALVES, 1996; RUBINO, 1996), podemos pensar que a narrativa patrimonial de Redenção mobiliza principalmente o evento da libertação. Segundo Goulart (2020), essas narrativas da abolição na cidade tende a privilegiar a abolição como um ato de benevolência dos senhores e abolicionista, brancos, em oposição a um apagamento da agência dos escravizados.

Contudo, além desse patrimônio edificado, que faz referência ao catolicismo e à abolição, temos também bens imateriais. É o caso da Festa de Santa Rita de Cássia, que ocorre no mês de setembro, na primeira quinzena do mês, e começa com uma procissão levando a santa de sua capela até a igreja matriz, tendo celebração de missa durante 10 noites. Suas atrações contam com parque de diversões, barracas com comidas típicas e, na última noite, festa dançante com gênero musical o forró. Há relatos também da existência, no passado, do Reisado, que tradicionalmente tem início em dezembro até o dia 6 de Janeiro, data comemorativa do dia de Reis. O Reisado consiste em um grupo de pessoas que caminham enquanto tocam instrumentos e entoam cantigas alegres visitando casas de moradores para receber prendas. Também destacamos a existência de Vaquejadas, típicas do nordeste brasileiro, que consistem em eventos onde dois vaqueiros montam em cavalos lado a lado, com o objetivo de derrubar o boi entre duas faixas brancas (feitas com cal) numa pista de areia.

Com vista ao que tratamos aqui a proposta do inventário participativa do patrimônio da cidade de Redenção é uma forma de contribuir para a produção de uma narrativa mais democrática e representativa dos habitantes de Redenção (CE) no que diz respeito ao seu patrimônio. Ele traz como elemento novo a participação social no processo de mapeamento dos patrimônios da cidade, fazendo da prática patrimonial não uma atividade exclusiva de especialistas, mas uma prática que só é bem sucedida a partir da colaboração entre órgãos de governo, técnicos e especialistas e a população local.

7 Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988..

DIMENSTEIN, D. **Educação patrimonial, memória e cidadania: a experiência dos professores de história da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes – PE**. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Universidade Federal da Bahia. Bahia. p. 44. 2017.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro [RJ]: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 1997.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

GONÇALVES, J. R. S. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil - Capítulo I - Patrimônio cultural e narrativas nacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES J. R. S. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Heritage and its discontents: identity, time and destruction. aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Bens Culturais da FGV - ESTUDOS HISTÓRICOS, RIO DE JANEIRO. p. 211 a 228. 2015

GOULART, B. M., A narrativa da escravidão em Redenção (CE) vista a partir da UNILAB: relações, dissensões e intervenções. **Revista BATUKO UNILAB**, Redenção, v.1, n.1, 2020.

[IPHAN] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Manual de aplicação** : Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

[IPHAN] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural**. Brasília. DF. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA, Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade, GOOGLE , 2019.

MEDEIROS, A. E. J. S. **Os Museus Enquanto Marcos Da Abolição: História e Memória Usadas Como Instrumentos Pedagógicos**, Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB, 2014.

OLIVEIRA, M. V. L. D. Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB, **MUSEU HISTÓRICO E MEMORIAL DA LIBERDADE**, UNILAB, 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. Secretaria de Cultura. **Dados sobre o município**. Disponível em: < <https://www.redencao.ce.gov.br/omunicipio.php>>. Acesso em: 27 de mar. de 2022.

RUBINO, S . Mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, G. **O que é Patrimônio Cultural?**. Educa mais Brasil, 20 de fev de 2020. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 27 de mar. de 2022.